



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 2 • nº 08 • 08 a 14/05/2005 • ISSN 1809-6182

Especiais:

10/05/2005 – Papa Bento XVIp.01

Com a eleição do Papa Bento XVI, torna-se importante conhecer sua história e seu posicionamento acerca de questões fundamentais do mundo moderno.

Análise:

13/05/2005 – A retirada total das tropas sírias do Líbanop.04

Os atentados ocorridos no Líbano após o anúncio da retirada Síria do País. O processo de transição do novo governo libanês e a retirada completa das tropas Sírias. Desdobramentos para sua política interna.

Resenhas:

10/05/2005 – O fim do Plano Colômbia e a compra de armas pela Venezuelap .07

Em visita à Colômbia, em 28 de abril de 2005, a Secretária de Estado dos Estados Unidos Condoleezza Rice anunciou o fim do Plano Colômbia e mostrou-se preocupada com o destino dos 100 mil fuzis de assalto que a Venezuela comprou da Rússia.

13/05/2005 – Eleições na Palestinap.09

No dia 5 de maio de 2005 ocorreram eleições em 84 vilas e cidades na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Torna-se premente o estudo do jogo político palestino, bem como as relações entre os palestinos e os israelenses.

13/05/2005 – Terceira vitória de Tony Blairp.11

O primeiro ministro Tony Blair vence pela terceira vez consecutiva as eleições no Reino Unido, pelo Partido Trabalhista.

Papa Bento XVI

Especial
Perfil

Luciana Corrêa Costa
10 de maio de 2005

Com a eleição do Papa Bento XVI, torna-se importante conhecer sua história e seu posicionamento acerca de questões fundamentais do mundo moderno.

Joseph Alois Ratzinger nasceu em 16 de abril de 1927 na cidade de Marktl am Inn, Alemanha. Seu pai era policial e servia à Polícia do Estado da Baviera e à Polícia Nacional. Devido às críticas abertas deste contra os nazistas, a família de Ratzinger foi obrigada a se mudar para a cidade de Auschau am Inn. Cinco anos depois, se mudaram para Hufschalag, nos arredores da cidade de Traunstein, onde Ratzinger passou a maior parte de sua adolescência.

Aos 12 anos, em 1939, entrou para o pequeno seminário de Traunstein. Quatro anos depois, juntamente com seus colegas de classe, foi convocado para participar da guarnição de uma unidade antiaérea responsável pela proteção de uma fábrica da BMW localizada em Munique. Em suas memórias, Ratzinger conta que se tornou membro da Juventude Hitlerista contra a sua vontade, pois naquela época a adesão era compulsória. Depois de liberado dessa atividade, se alistou no treinamento básico da infantaria alemã. Em abril de 1945, com a aproximação das forças aliadas, desertou do Exército e retornou à sua casa. Quando os americanos chegaram ao seu vilarejo, foi identificado como soldado alemão e preso em um campo para prisioneiros de guerra.

Em 1947, depois de libertado pelos americanos, entrou para o *Herzogliches Georgianum*, um instituto teológico

associado à Universidade de Munique. Paralelamente, estudou filosofia e teologia nessa universidade e na Escola Superior de Freising. Em 1951, foi ordenado padre pelo Cardeal Faulhaber de Munique. Dois anos depois, doutorou-se em teologia. Sua tese tratava de Santo Agostinho e levava o título “As pessoas e a casa de Deus na Doutrina Agostiniana da Igreja”. Tornou-se então professor universitário, passando a lecionar em quatro universidades alemãs.

Ratzinger trabalhou no Concílio Vaticano II (1962-1965), como teólogo conselheiro do Cardeal Joseph Frings, Arcebispo de Colônia, Alemanha. Naquela época, Ratzinger era visto como um reformista. Contudo, sua visão ortodoxa foi confirmada pouco tempo depois, quando travou uma luta ferrenha contra o marxismo e os movimentos estudantis que abalaram a Europa em 1968. Em 1972, fundou a revista *Communio*, uma das mais importantes revistas do pensamento católico. Em 1977, foi nomeado Arcebispo de Munique e Freising e, em seguida, o Papa Paulo VI o intitulou Cardeal.

Ratzinger foi nomeado pelo Papa João Paulo II, em 1981, prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. Segundo o Vaticano, esse órgão é responsável por supervisionar a doutrina da fé e a moralidade em todo o mundo católico. Poucos anos depois, foi proclamado Bispo Cardeal da Igreja



Suburbicariana de Velletri-Segni e da Igreja Suburbicariana de Ostia. Tornou-se Vice-Decano do Colégio dos Cardeais em 1998, e Decano em 2002. Nesse cargo, convocou os cardeais a Roma para a realização do Conclave que o elegeu Papa. Entretanto, mesmo antes de adquirir essa posição, Ratzinger já era um dos homens mais influentes no Vaticano, devido à sua amizade de quatro décadas com o Papa João Paulo II.

Ao tornar-se Papa, adotou o nome de Bento XVI em uma dupla homenagem: fez reverência a São Bento, padroeiro da Europa e guardião da fé em seu tempo, e a Bento XV, o italiano Giacomo della Chiesa, pontífice de 1914 a 1922. Eleito um mês depois de eclodir a Primeira Guerra, Bento XV organizou significantes ajudas humanitárias e se empenhou em negociar a paz. Propôs aos países beligerantes o fim das hostilidades, a redução dos armamentos, a liberdade dos mares e o arbitramento internacional. Entretanto, os Estados europeus não deram atenção à sua proposta e excluíram o Vaticano da Conferência de Paz em Paris, em 1919. Bento XV também interrompeu a intensa atividade conduzida por seu antecessor, o Papa Pio X, contra vertentes doutrinárias divergentes; embora não tenha suspenso nenhuma das punições feitas por ele.

Bento XVI é o oitavo alemão a se tornar Papa, primeiro desde o século XI. Irá liderar a Igreja Católica depois do terceiro mais longo papado da história da Igreja, num tempo em que a influência do catolicismo na Europa tem declinado, e na África e América Latina tem aumentado. Teólogo brilhante, Bento XVI é autor de três dezenas de livros e se comunica em dez línguas, sendo fluente em alemão, inglês e italiano. É considerado um excelente pianista e tem preferência por Mozart e Beethoven.

Em seus anos de Vaticano, por conta de seu rígido posicionamento a favor da doutrina da Igreja, recebeu o apelido de

“Cardeal Não”. Ratzinger era contrário à ordenação de mulheres e condenava os métodos contraceptivos, o aborto, a manipulação genética e a clonagem, o reconhecimento legal do casamento entre homossexuais e do casamento após o divórcio. Nos anos 80, enfrentou os adeptos latino-americanos à Teologia da Libertação, uma doutrina que combinava a teologia cristã com o ativismo político em questões como os direitos humanos e a justiça social. Também causou uma certa agitação diplomática no ano de 1984, quando atacou o comunismo, chamando a União Soviética e seus aliados de “vergonha do nosso tempo”. Após o colapso do regime comunista, criticou os excessos do capitalismo e o consumismo.

Ao assinar a declaração *Dominus Iesus*, publicada pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, em 2000, Ratzinger defendeu a unicidade e universalidade de Jesus Cristo e da Igreja Católica. De acordo com esse documento, todo o universo das religiões deveria ser reconduzido à Igreja Católica, visto que nesta a revelação se encontra em sua plenitude, enquanto que nas outras religiões é incompleta em graus diversos.

Também em 2000, Ratzinger criticou o *Rock and Roll*, afirmando ser “a expressão de paixões elementares” e descreveu alguns shows de rock como “uma forma de culto em oposição ao culto cristão”. Adotou uma postura de indiferença diante do escândalo dos abusos sexuais na Igreja Católica, em 2001. Criticou abertamente a invasão ao Iraque pelos Estados Unidos, em 2003, e a pretensão da Turquia de fazer parte da União Européia, por acreditar que esse país deveria se aproximar das nações islâmicas e não da Europa, que tem raízes cristãs.

Referência

[CNN](#)

[Folha de São Paulo](#)

[Jubilaum](#)

[Site Oficial do Vaticano](#)

[Wikipedia](#)

A Retirada Total das Tropas Sírias do Líbano

Análise
Segurança

Prof. Danny Zahreddine
13 de maio de 2005

Os atentados ocorridos no Líbano após o anúncio da retirada Síria do País. O processo de transição do novo governo libanês e a retirada completa das tropas Sírias. Desdobramentos para sua política interna.

Após uma série de atentados que alvejaram a comunidade cristã no Líbano no mês de março de 2005, entre os dias 19 e 26, surgiram rumores de que uma nova guerra civil poderia ocorrer naquele país. Porém, tanto as ações terroristas, quanto os seus desdobramentos tiveram consequências diferenciadas.

Com o assassinato do ex-primeiro Ministro libanês Rafick al Hariri, a pressão sobre a Síria se multiplicou, levando o país a aceitar uma retirada total de suas tropas do território libanês até o dia 29 de abril de 2005. Esta declaração obteve uma boa repercussão no sistema internacional, principalmente pelos estadunidenses e franceses.

Os atentados contra bairros cristãos pode ser entendido como uma forma de demonstrar para o mundo a importância da manutenção das tropas sírias naquele país, além de funcionar como forma de intimidação contra a oposição libanesa, que desde setembro de 2004 vêm exigindo a retirada das tropas Sírias do Líbano.

Por outro lado, os atentados levaram a uma reação contrária à esperada pelos pró-Sírios dentro do Líbano, pois gerou um processo de unificação nos discursos a

favor da unidade libanesa e em repúdio aos ataques contra as comunidades cristãs. No âmbito diplomático, muitos países como França, Estados Unidos e Grã Bretanha repudiaram os ataques afirmando que tal tentativa desesperada era óbvia demais, pois tentava demonstrar a necessidade da presença do exército Sírio no País.

Um fator que ajudou a minimizar as consequências dos ataques no Líbano foi a atenção dada pela mídia internacional à morte do Papa João Paulo II. Isto permitiu que a repercussão dos ataques fossem menor do que o esperado pelos grupos terroristas, diminuindo a força inercial dos ataques e seus desdobramentos internos.

Porém, no dia 26 de abril de 2005, três dias antes do prazo estabelecido pela Síria, o seu exército se retirou totalmente do território libanês, encerrando 29 anos de presença no país. A Síria afirma também que retirou todo o seu serviço de inteligência e seus escritórios, porém, é difícil de saber ao certo se algum tipo de serviço de inteligência (conhecidos como *Muhabarat*) ainda permanece na periferia de Beirute.

Tendo as tropas sírias abandonado o Líbano, e a primeira fase das eleições libanesas confirmadas para o dia 29 de

maio, o país inicia um novo período de transição que será crucial para o restabelecimento da ordem interna e da soberania do país. Porém, ainda resta saber qual será a reação da população libanesa à contínua política de intimidação feita por grupos pró-síria, que esporadicamente detonam artefatos explosivos em regiões de maioria cristã no país.

Com relação a outro ponto da resolução 1559 (ver artigo anterior), que diz respeito ao desmantelamento das milícias armadas que atuam no Líbano, o ponto mais complicado será o desarmamento de tais milícias. Este ponto faz referência direta ao grupo *Hizballah*, que foi fundado em 1982 com o objetivo de pressionar a saída do exército israelense do Líbano. Porém, com o término da ocupação israelense da zona de segurança em maio de 2000, muitas das justificativas de manutenção do *Hizballah* foram questionadas por alguns grupos internos e atores internacionais.

De fato, a manutenção do *Hizballah* no sul do Líbano possui um objetivo estratégico, que é pressionar Israel a diminuir os vãos no espaço aéreo libanês e representar um obstáculo maior a uma possível tentativa de entrada no território libanês, pois assim, o governo se exime de parte da responsabilidade dos atos do *Hizballah* frente a Israel, mesmo que isto gere algum ônus para o Líbano, algo que será dividido também entre Síria e Irã.

Além disto, o financiamento Sírio e o apoio ideológico iraniano faz com que este grupo represente também os interesses destes Estados a partir do Líbano, algo que foi enormemente diminuído com a retirada das tropas sírias do país.

Mas mesmo assim, não podemos nos esquecer da pressão dos estadunidenses e de israelenses para que a resolução 1559 seja inteiramente implementada, isto é, que seja feito o desarmamento do *Hizballah*. Esta realidade também é constantemente discutida dentro do

Líbano, porém, o maior objetivo da oposição libanesa (principalmente Druzos e Cristãos Maronitas) já foi alcançada, isto é, a retirada total das tropas Sírias. Já o segundo ponto da pauta será discutido nos bastidores da política interna e levará mais tempo para ser resolvido.

Um outro fator fundamental nesta nova etapa que o Líbano passa é o processo eleitoral no país, que elegerá os parlamentares libaneses. Um grande problema ocorrido durante o conturbado período de manifestações no Líbano dizia respeito ao gabinete libanês e seu primeiro ministro, considerado pró-Sírio. Além disto, a confirmação das datas para as eleições, que muitas vezes tiveram a ponto de serem postergadas, alteraram os ânimos da população e da oposição libanesa.

Um fato que demonstra a grande instabilidade no país foi a nova carta de renúncia feita pelo primeiro ministro Omar Karami, que pela segunda vez abandona o cargo, devido a dificuldade em formar um governo que agradasse a oposição. Com isto, um novo primeiro ministro tomou posse no dia 19 de abril de 2005, o sunita e amigo da família do ex-primeiro ministro Rafic Al Hariri, assassinado em 14 de Fevereiro de 2005, Najib Mikati.

Mesmo com as reservas dos líderes oposicionistas, o druzo Walid Jumblatt e o cristão Michel Aoun (que se prepara para retornar de seu exílio em Paris), ambos apóiam o atual primeiro ministro, que terá como principal objetivo no seu curto mandato de dois meses de promulgar uma nova lei eleitoral, organizar as eleições libanesas e incrementar a segurança no país, de forma evitar os atentados que vêm assolando o Líbano.

Com este novo cenário político a possibilidade de refortalecimento das minorias druzas e cristãs é alta, haja vista a grande popularidade que seus líderes obtiveram durante as manifestações do mês de fevereiro. E este será sem dúvida a

principal preocupação dos partidos libaneses, aumentar o espaço de atuação em um cenário onde um certo vazio de poder fora deixado com a saída das tropas Sírias.

Por outro lado, a busca pela manutenção da influência e do crescimento político do *Hizballah* também será uma variável que deverá ser considerada, pois com a saída das tropas sírias (seus principais aliados) e com o esvaziamento do conflito entre Líbano e Israel, o grupo terá que procurar outras formas de reafirmar sua importância no cenário político libanês

sem sua marca propagandística mais importante, que é a defesa do Líbano contra o vizinho Israel. Isto provavelmente levará a uma mudança de estratégia do grupo, que poderá ser concretizada com o desarmamento da milícia e sua transformação definitiva em partido político, que contará com uma boa base eleitoral, já que os xiitas representam o grupo religioso mais numeroso do Líbano, com aproximadamente 30% da população do país.



O fim do Plano Colômbia e a compra de armas pela Venezuela

Resenha
Segurança

Luciana Corrêa Costa
10 de maio de 2005

Em visita à Colômbia, em 28 de abril de 2005, a Secretária de Estado dos Estados Unidos Condoleezza Rice anunciou o fim do Plano Colômbia e mostrou-se preocupada com o destino dos 100 mil fuzis de assalto que a Venezuela comprou da Rússia.

O Plano Colômbia foi criado em 1999 pela administração do Presidente Andrés Pastrana Arango e consistia em uma iniciativa destinada à revitalização institucional, social e econômica da Colômbia, ao fim do conflito armado e à criação de uma estratégia antinarcótica nesse país. O orçamento inicial do Plano era de US\$ 7,5 bilhões, 65% desse valor seria proveniente de recursos colombianos e 35% de ajuda internacional.

A administração do Presidente estadunidense Bill Clinton apoiou a iniciativa com uma ajuda de US\$ 1,3 bilhões e com aproximadamente 500 militares encarregados de treinar as forças locais. Esse apoio era adicional aos US\$ 330 milhões da ajuda dos Estados Unidos à Colômbia previamente aprovada. Assim, a Colômbia tornou-se o terceiro maior receptor de ajuda estadunidense. Em 2001, na administração do Presidente George W. Bush, o programa foi expandido com a atribuição de US\$ 676 milhões à Iniciativa Andina Antidrogas. Desse valor, aproximadamente US\$ 380 milhões foram destinados à Colômbia. Em 2004, os Estados Unidos cederam US\$ 727 milhões à Iniciativa Andina Antidrogas, US\$ 463 milhões se dirigiram à Colômbia.

Nesse mesmo ano, o Senado dos Estados Unidos aprovou um aumento significativo do número de militares estadunidenses que operavam no país.

Apesar de o Plano Colômbia apresentar a proposta de uma reforma social e institucional, a iniciativa passou a ser considerada como fundamentalmente um programa de combate às drogas e de ajuda militar ao governo colombiano. Oficialmente, especialmente nos Estados Unidos, o Plano era justificado como parte da “guerra contra as drogas”. Contudo, percebe-se que ao investir na erradicação das áreas de cultivo de coca, matéria-prima para a elaboração do cloridrato de cocaína, os Estados Unidos buscavam aniquilar economicamente as forças guerrilheiras, principalmente as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), cada dia mais envolvidas com o comércio de drogas. É importante ressaltar que o Departamento de Estado dos Estados Unidos inclui esses grupos na sua lista de Organizações Terroristas Estrangeiras, o mesmo faz a União Européia.

No Plano Colômbia concebido no governo Bill Clinton, pensava-se em reduzir drasticamente as áreas de cultivo de coca



via queima e corte de suas folhas e mediante o despejo aéreo de herbicidas *Roundup* fabricados pela multinacional Monsanto. Assim, imaginava-se que diminuiria a oferta da cocaína no mercado internacional e, em consequência, seu preço aumentaria a ponto de inviabilizar a compra. No entanto, o que se viu foi o aumento da oferta desta no mercado internacional e a queda de seu preço. Ademais, os grupos guerrilheiros colombianos, em especial as FARC e o ELN, continuam a arrecadar aproximadamente US\$ 500 milhões anuais por conta do comércio da cocaína.

Não houve redução da oferta de cocaína no mercado internacional porque, apesar de as áreas de cultivo de coca terem permanecido praticamente inalteradas na Colômbia, houve um aumento considerável destas no Peru e na Bolívia. Na Colômbia foi desenvolvida a coca transgênica; além disso, parte significativa da coca-cana cultivada nesse país foi substituída pela coca tingomaria, uma espécie mais resistente. Como se não bastasse, vale acrescentar que a erradicação da coca via queima, corte ou utilização de herbicidas tem causado sérios problemas ambientais, como a erosão dos solos.

Esses fatores acabaram por culminar no abandono do Plano Colômbia pelos Estados Unidos. Em reunião com o Presidente colombiano Álvaro Uribe, em 28 de abril de 2005, a Secretária de Estado estadunidense Condoleezza Rice afirmou que “O Plano Colômbia chega ao seu fim, mas nosso compromisso com a Colômbia não termina”. Rice ressaltou que a ajuda militar dos Estados Unidos à Colômbia permanecerá, ou seja, continuará a cooperação militar contra os insurgentes das FARC e do ELN.

Nessa mesma ocasião, Rice demonstrou sua preocupação com os 100 mil fuzis de assalto AK-47 comprados recentemente da Rússia pela Venezuela. A Secretária de Estado afirmou que essa compra pode

gerar instabilidade na região, além de haver a possibilidade de tais armas chegarem às mãos dos grupos armados ilegais colombianos. Esse posicionamento coincide com as observações feitas pelo Senador colombiano Hernán Andrade ao Ministro de Defesa da Colômbia Jorge Alberto Uribe. Andrade assinalou que “com a compra desse equipamento militar, há um desequilíbrio militar evidente que vulnera os acordos internacionais” e assegurou que o Presidente Hugo Chávez “está rompendo compromissos internacionais em matéria armamentista”. “Essa compra desproporcional não foi suficientemente esclarecida pela Venezuela e existem muitas preocupações na Colômbia, como a de que os novos fuzis comprados pela Venezuela sejam, coincidentemente, os mesmos utilizados pela guerrilha colombiana”, acrescentou o Senador Andrade.

Referência

[El Tiempo](#)

[IBGF – Instituto Brasileiro Giovanni Falconi](#)

[Wikipedia](#)

Eleições na Palestina

Resenha
Segurança

Bernardo Hoffman Versieux
13 de maio de 2005

No dia 5 de maio de 2005 ocorreram eleições em 84 vilas e cidades na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Torna-se premente o estudo do jogo político palestino, bem como as relações entre os palestinos e os israelenses.

As eleições em grande parte da Palestina revelaram uma nova configuração de poder no jogo político. O partido do líder palestino Mahmoud Abbas, o *Fatah*, venceu as eleições em um panorama geral, como já era esperado pelos observadores internacionais, mas sofreu uma forte perda de poder político. Segundo dados da CEL - Comissão Eleitoral Legal, o *Fatah* venceu em 38 zonas eleitorais, o *Hamas* assumiu o controle de 30 zonas e as outras 16 zonas eleitorais passaram ao controle de outros partidos menores. O maior partido opositor, o *Hamas*, venceu as eleições nas principais cidades e comanda agora a maior parte da população palestina, cerca de dois terços. Em termos numéricos, o *Hamas* passou a controlar cerca de 500 mil habitantes, enquanto o *Fatah* reduziu seu poder político a 230 mil habitantes.

O *Fatah* foi criado pelo antigo líder palestino Yasser Arafat, morto no fim de 2004. Desde a sua criação, este grupo teve um papel de representação política dos palestinos, como um partido. E até este novo processo eleitoral mostrava-se como a única representação política capaz de estabelecer diálogos com Israel e com o mundo. Por causa disso, o partido detinha controle político de praticamente toda a Palestina. Os outros grupos que se apresentaram como partidos políticos nas

últimas eleições eram, na sua maioria, grupos de resistência, como o *Hamas* e a *Jihad Islâmica*. Estes grupos eram marcados pelo repúdio total à Israel e pela realização dos atentados terroristas.

O *Hamas* representa a oposição ao *Fatah*. A política atual desse grupo, agora partido, é marcada por uma ação mais assertiva frente a questão da independência da Palestina. O *Hamas* tinha como luta política e histórica a dissolução do Estado de Israel e a criação de um Estado palestino em toda a região. Hoje, a base política está voltada para a retirada imediata dos israelenses da Faixa de Gaza e da Cisjordânia para que se possa criar um Estado palestino de fato.

A força do *Hamas* nessas eleições provocou reações tanto da Autoridade Nacional Palestina (ANP), quanto do governo israelense. Percebe-se em ambos casos um receio da retomada da violência e da intolerância na região por parte do *Hamas*, o que comprometeria todo o processo de paz estabelecido durante o governo de Mahmoud Abbas.

A autoridade palestina chegou a levantar suspeitas de fraudes eleitorais em algumas cidades, acusando o *Hamas* de manipulação do resultado. Mas com o decorrer dos dias tais suspeitas foram extintas, visto que o *Hamas* também acusava o *Fatah* e as acusações mútuas se

mostraram infundadas.

Com receio de derrota para o *Hamas*, o *Fatah* vem considerando o adiamento das eleições parlamentares marcadas para o dia 17 de julho de 2005. O argumento da Autoridade Nacional Palestina para tal decisão baseia-se no fato de que a nova legislação eleitoral do país deve ser promulgada, bem como, o controle sobre Gaza e sobre cidades da Cisjordânia deve ser implementado antes da nova eleição parlamentar. O *Hamas* mostrou-se completamente contrário ao adiamento, exigindo uma postura mais clara da autoridade palestina sobre a questão.

Os israelenses também adotaram uma postura de cautela após as eleições. A imagem do *Hamas* em Israel ainda se configura como a de um grupo muito belicoso e que não está ligado ao recente processo de paz estabelecido na região.

A retirada da Faixa de Gaza e das cidades da Cisjordânia foram adiadas em três semanas e terão início em 15 de agosto de 2005. Tal adiamento seria em razão de um feriado religioso judaico, sem nenhuma relação com as eleições na Palestina, como declarou Ariel Sharon, líder do governo israelense.

Tal medida sofreu forte oposição dos palestinos, que acusaram Israel de adiar a retirada por causa do crescimento do *Hamas* e da possível vitória do mesmo nas eleições parlamentares. Em resposta, o Ministro da Defesa israelense, Shaul Mofaz, disse que uma possível vitória do *Hamas* mudaria de qualquer forma as relações entre palestinos e israelenses, mas que o plano de retirada não está em função das eleições palestinas, visto que é uma iniciativa unilateral de Israel.

Alguns analistas internacionais entendem que a instabilidade política entre os palestinos se daria pela falta de experiências democráticas dos mesmos. Os papéis de cada partido ainda não estão definidos, ou seja, não há uma visualização clara dos planos políticos. Isso causaria incertezas e tentativas de

manipulação do processo político por parte do *Fatah* para manter-se à frente da Autoridade Nacional Palestina. Para os israelenses, a vitória do *Hamas* representaria uma maior insegurança por causa do passado de violência e intolerância. Tal fato abriria, então, caminho para o fortalecimento da extrema direita israelense, contrária à retirada das tropas israelenses e à concessão de maiores autonomias para os palestinos, o que poderia comprometer o recente processo de paz e a própria retirada das tropas dos territórios palestinos.

Referência

[BBC](#)

[Folha de São Paulo](#)

[New York Times](#)

[Washington Post](#)

Terceira vitória de Tony Blair

Resenha
Segurança

Camila Martins A Gontijo
13 de maio de 2005

O primeiro ministro Tony Blair vence pela terceira vez consecutiva as eleições no Reino Unido, pelo Partido Trabalhista.

Na última eleição realizada semana passada, dia cinco de maio, o primeiro ministro britânico, Tony Blair teve sua terceira vitória nas eleições com o Partido Trabalhista. O partido de Blair teve sua maioria drasticamente reduzida no Parlamento, de 167 em 2001 para 66 agora em 2005. Blair foi o segundo primeiro-ministro a conseguir vencer três eleições na sequência. A primeira a conseguir tal feito foi a conservadora Margaret Thatcher. Ele também é o primeiro a vencer três eleições internas seguidas do Partido Trabalhista, considerado o mais "esquerdista" do Reino Unido.

O Reino Unido é dividido em distritos eleitorais existentes na Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. O eleitor precisa ter mais de dezoito anos, e o voto não é obrigatório. Cada distrito elege um membro para a Câmara dos Comuns, num total de 646. Entre as divisões políticas existentes no Reino Unido, as principais são o partido dos conservadores (Conservative), trabalhistas (Labour) e liberal-democratas (Liberal Democrat). Os conservadores, cujo candidato foi Michael Howard, ficaram em segundo lugar nestas eleições tiveram um desempenho melhor que em 2001. Os liberal-democratas, que ficaram em terceiro lugar com o candidato Charles Kennedy foi o único dos três

principais partidos que se opôs à guerra no Iraque.

O resultado final teve os trabalhistas com 356 eleitos, seguidos dos conservadores com 197 e liberal-democratas com 62, e o restante com os demais partidos. Os resultados positivos dos outros partidos se deu em alguns distritos antes dominados pelos trabalhistas, e nos quais os eleitores não compareceram às eleições em resposta à posição contrária à administração de Blair. Os candidatos a uma vaga na Câmara dos Comuns são escolhidos por partidos locais, e depois devem ser aprovados por uma assembleia nacional do partido. Existem também candidatos independentes, ou seja, não filiados a partidos políticos.

O Reino Unido tem um regime de governo denominado monarquia constitucional, no qual o monarca é chefe de Estado, no caso a Rainha Elizabeth II. E há eleições para o chefe do executivo e para o legislativo que é o parlamento com algumas restrições. O primeiro ministro é o chefe de governo executivo, cargo ocupado desde 1997 por Anthony (Tony) Blair.

Após as eleições, o líder da maioria eleita formada pelo mesmo partido, é apontado pela Rainha como o Primeiro Ministro. O gabinete de ministros é formado pelo Primeiro Ministro para as atividades durante seu mandato. O parlamento é

bicameral e é formado pela Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns. Para esta última há eleições no máximo de cinco em cinco anos, que são convocadas pelo Primeiro Ministro, sendo que a próxima poderia acontecer até maio de 2006. Na Câmara dos Lordes não acontecem eleições. O ingresso a essa, então é hereditária ou por honra.

A concentração do Poder Executivo se dá em gabinetes unipartidários, de maioria mínima. Essa maioria é definida em termos de maioria simples em relação ao número de membros eleitos para a Câmara dos Comuns. O gabinete é dominante em relação à legislatura à medida que ele é composto por integrantes dessa maioria na Câmara, que o apoiará para a aprovação das propostas.

Tony Blair, para seu novo mandato, anunciou que cumprirá as reinvidicações do povo como prioridade. Durante o discurso pronunciado após a vitória, o Primeiro Ministro reconheceu o impacto da Guerra do Iraque em sua aceitação pelo eleitorado britânico. Outras atitudes semelhantes, ou que levem a desaprovação da população provocará o encurtamento da atividade de Blair ou uma possível não eleição futura. Como outras prioridades citou a ajuda à África, o apoio à paz no Oriente Médio e questões relacionadas à mudança climática.

Referência

[BCC](#)

[CIA](#)

[Folha Online](#)

[The Guardian](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Bernardo Hoffman Versieux; Camila Martins A. Gontijo; Carolina Dantas Nogueira; Daniel Ferreira Mendes; Jéssica Naime; Layla Dawood; Luciana Corrêa Costa; Sílvia H.G. Canêdo; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>